

PERFIL DA INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL: DIREITOS E DEVERES NO ÂMBITO ESCOLAR

Maciel Manguinho de Souza ¹
Jean Brito da Silva ²

RESUMO

A oportunidade de igualdade e direito educacional para todos, pressupõe uma série de atitudes necessárias a serem trabalhadas para a promulgação da inclusão social no campo da educação por parte de todos aqueles que compõem o corpo escolar na garantia de efetivar as especificidades educacionais no contexto inclusivo nas escolas. No caso dessa pesquisa, os aspectos de educação inclusiva, volta-se para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Nessa perspectiva, busca-se traçar o perfil adequado de educação inclusiva para a sociedade escolar como forma de entender os direitos e deveres da participação de cada um, bem como, refletir sobre as formas de acessibilidade e propagação da equidade no âmbito escolar. Como subsídios para os estudos desse trabalho, que tem cunho qualitativo e investigação bibliográfica, busca-se como suporte para sua fundamentação as literaturas de Braga (2023), Oliveira (2022), Silva (2012) e a contribuição da legislação oficial referida pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015). O alcance social desse trabalho, volta-se para uma discussão mais aprofundada na investigativa de analisar como se dá o processo inclusivo e refletir sobre os direitos e deveres imbuídos no processo escolar e se a devolutiva desse processo traz uma resposta promissora configurada nos avanços da acessibilidade legitimando a ação pedagógica de seus participantes.

Palavras-chave: Inclusão, Acessibilidade, Pessoas com Deficiências, Educação.

INTRODUÇÃO

Para discorrer sobre o fenômeno da inclusão socioeducacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação é interessante entender os pressupostos que se configuram de como incluir esses estudantes nos espaços escolares, isso implica dizer que é preciso discutir sobre quais posturas serem tomadas mediante situações que envolvam incluir esse público, em específico, sobre o convívio social na escola. Neste mesmo processo é importante entender que a inclusão social de pessoas com deficiência é um processo inacabado e que compassadamente vem sendo discutido em busca de melhores condições de acesso em prol à assistência adequada a esse público.

¹ Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade, souza_378@hotmail.com ;

² Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade, jeanbritods@hotmail.com .

E para discorrer sobre esse processo destacamos os conceitos de Sassaki (2009) quando este menciona que:

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009, p. 1).

Com o argumento de Sassaki (2009) pode-se entender que a inclusão social é um processo passível a todos os seres humanos sem dá subsídios preferenciais em detrimento de outrem, nesse caso, os privilégios se ausentam e as igualdades se oportunizam. Vale destacar que inclusão social como um direito, prioriza uma sociedade que possibilite a legitimação de cada cidadão como ser humano.

Como sistema social que abarque a inclusão de forma comum, trazemos para esse estudo a escola como espaço inclusivo e nela, traçamos o perfil socioeducacional do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. A esse grupo, considera-se suas formas de atuação dentro da escola garantindo sua permanência através de direitos e deveres. O termo socioeducacional muitas vezes citado nessa pesquisa será entendido como modo social de interação humana dentro dos espaços escolares, pois são nesses espaços que se postula a proposta investigativa desse estudo. Portanto, soa-se interessante entender como tem sido visto o estudante com deficiência nesses espaços. “Educação inclusiva no contexto institucional escolar implica em uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo maior garantir o direito de todos à educação” (BRAGA, 2023, p. 20).

O fato de discutir os processos de inclusão socioeducacional na contemporaneidade é reflexo de uma luta que vem sendo desbravada em tempos remotos, pois apesar de contemporâneo esse movimento ganhou forças desde as últimas décadas, conforme menciona Lemos (2022) em seus estudos.

O conceito e a prática da inclusão são recentes. A Educação Inclusiva irrompeu em diferentes períodos e contextos, particularmente a partir da década de 90 quando adveio a Conferência Mundial de Educação Especial e, em 1994, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca que define Políticas, Princípios e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (LEMOS, 2022, p. 29).

Portanto, nessa perspectiva os objetivos dessa pesquisa caminham-se para traçar o perfil adequado de educação inclusiva para a sociedade escolar, entender os direitos e deveres da

participação de cada um no processo inclusivo educacional, bem como, refletir sobre as formas de acessibilidade e propagação da equidade no âmbito escolar.

Para esse fim, busca-se a utilização de uma pesquisa bibliográfica com temáticas que trazem à tona as formas que descrevem atos inclusivos e acessíveis no rol educacional, perpassando pela contribuição da legislação nacional em vigor na perspectiva de educação inclusiva e por conseguinte culminar no que se pode entender sobre esses postulados na formação cidadã de estudantes inclusivos.

Apesar da existência de uma vasta literatura produzida pela comunidade científica apontar a importância da inclusão das pessoas com deficiências aos espaços de sociais, dos documentos normativos de orientação e regulação. Esse assunto provoca muitos debates devido aos elementos que precisam ser observados na elaboração dos novos projetos que trazem a perspectiva de uma inclusão substantiva (SOARES; FRANÇA, 2022, p. 8)

Vale salientar que essa discussão se passa na contemporaneidade, pois a presente temática dialoga partindo de lacunas que se fazem atuantes deixando o processo inclusivo socioeducacional ancorados em alguns impasses que vão desde a forma de lidar com o desenvolvimento prático da inclusão às suas formas teórico empíricas por parte de alguns profissionais do campo educacional.

METODOLOGIA

Para traçar um perfil socioeducacional na busca de entender os desafios e deveres de estudantes com deficiência dentro da escola, este estudo lança mão de uma abordagem qualitativa visto que esse processo possibilita uma análise de conhecimento e experiências de diferentes áreas pedagógicas. A escolha dessa abordagem também implicará na interpretação sobre as concepções que o estudante enfrenta a respeito de sua inclusão em sala de aula, sendo esse ato pomovido, muitas das vezes, pelos que compõem a escola e suas práticas inclusivas com busca no entendimento do que se tratam os direitos e os deveres de todos ao atores atuantes nesse processo de âmbito escolar.

Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem. É posta uma visão voltada à descrição que se tem

ao trabalhar com pesquisas qualitativas e o quão se preza por uma descrição detalhada acerca das temáticas que estão sendo buscadas (VIEIRA; ZOUAIN, 2005)

No âmbito de pesquisa qualitativa será utilizada uma pesquisa bibliográfica que é considerada uma técnica de pesquisa que consiste na busca de informações em fontes documentais, como livros, artigos científicos, teses, monografias, leis, relatórios, entre outros, afim de obter informações relevantes sobre um determinado tema a partir de fontes secundárias. Fonseca (2002) afirma que a pesquisa bibliográfica emerge

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Partindo dos pressupostos apresentados acima, na construção deste trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica com coleta de dados em fontes primárias embasadas nos estudos de (SASSAK, 2009) e (MANTOAN, 2003, 2011), e como embasamentos secundárias os estudos de cunho científico como artigos, dissertações e teses que versam sobre a referida temática. Vale salientar, que não se abriu mãos dos documentos oficiais que versam sobre a legislação para pessoas com deficiência.

Para a coleta dessas informações utilizou-se bases de dados como plataformas digitais, a exemplo do catálogo de teses e dissertações da CAPES entre outras bases de cunho físico como livros e revistas ente outros meios que preservem o cunho científico da referida pesquisa. Como descritores para busca dos dados utilizamos termos que norteavam estudos sobre: inclusão e acessibilidade escolar, políticas públicas para pessoas com deficiência entre outros termos afins.

Assim sendo, os dados coletados foram refletidos através de técnicas de análises para direcionamento dessa proposta de estudo buscando achados para os fins que postulam os direitos de deveres da pessoa com deficiência no âmbito educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Para formato teórico e científico do trabalho proposto referencia-se Mantoan (2003, 2011) cujo nome é de grande prestígio em pesquisas que propõem inclusão na escola. Para a autora, a inclusão precisa ser entendida mediante os prismas de saber o que é, por que, e como fazer a inclusão escolar (MANTOAN, 2003) e nesse sentido discorre sobre os aspectos necessários para realização do ato inclusivo dentro da escola, pois esta precisa estar atrelada ao campo civilizatório e social que por fatores naturais anda em constante mutação por ser um ambiente vivo e dinâmico. “Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e controla os alunos (MANTOAN, 2003, p. 12). Por esse viés é possível fazer uma análise crítica e mesmo subversiva dos fundamentos e práticas inclusivas da atualidade.

Em complementação à Mantoan (2003, 2011) referenciam-se os estudos que evidenciam a acessibilidade como quebra de barreiras inclusivas propostos por Sasaki (2009). Pois, torna-se inviável refletir temas inclusivos sem a discussão da acessibilidade social.

Portanto, a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal³, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência (SASSAKI, 2009, p. 2).

Os princípios que dimensionam a acessibilidade discutida por Sasaki (2009) é uma abordagem que necessita está ligada ao que deve ser acessível de modo educacional para estudantes inclusivos. Essa abordagem acessível para o manejo socioeducacional abarca as áreas sociais através de seis dimensões que são: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programáticas e atitudinal. Essas dimensões dentro do espaço escolar, bem como fora dele, se comunicam entre si e proporcionam horizontes que beneficiam o bem-estar social de todos.

De forma lúdica para conceituar sobre as práticas de acessibilidade colaborativas na escola, os estudos de Oliveira (2022) complementam os estudos de Sasaki (2009) quando a autora discorre sobre os processos das dimensões de inclusão na perspectiva de trazê-los para o processo de ensino e aprendizagem evidenciando o currículo escolar e nesse interim ela propõe o Desenho Universal da Aprendizagem – DUA. Essa garantia pode reafirmar uma escola

³ Criado pelo arquiteto estadunidense Ron Mance na década de 1980 [...] o “Desenho Universal é um conceito que propõe a criação de espaços com uso democrático, garantindo condições igualitárias em sua qualidade de uso. Tem o objetivo principal de permitir o uso de todos na máxima extensão possível, sem a necessidade de adaptações” (MARTINO, 2022, online).

que considera as diferenças e singularidades de todos os atores primando por uma perspectiva inclusiva. Aqui prioriza-se o currículo como um instrumento acessível e articulado em formato unilateral quanto aos assuntos abordados, entretanto, quanto ao seu repasse ao estudante, público-alvo, da educação inclusiva este formato deve ser de maneira diferencial. Para melhor compreensão da utilização do DUA temos três aspectos conforme observado: acessibilidade, currículo e diferenças. É importante entender que esses aspectos se articulam o tempo todo de forma interlaçados na condição de oportunizar entendimento de acessível como um todo.

(...) é necessário olhar para o sujeito e para suas singularidades ao pensar e propor um currículo escolar (...) e mesmo que tenhamos as mais distintas possibilidades de analisá-lo ou constituí-lo, devemos ter em mente que acessibilidade curricular não é somente dá condições para que sujeitos tenham acesso ao conteúdo proposto, mas sim participar dele, incluindo sua construção (OLIVEIRA, 2022, p. 101).

Nessa narrativa, também é legítimo destacar os avanços trazidos pela legislação brasileira que coloca a escola inclusiva diante das leis, normativas, decretos e afins, que buscam a garantia de forma oficial de assegurar direitos e deveres socioeducacionais e para isso se faz importante trabalhar sob as normas de Lei Brasileira de Inclusão – LBI como documento norteador para as discussões desta pesquisa, pois de acordo com essa mesma lei é importante destacar que devemos: “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e sua cidadania” (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o propósito a ser atingindo através dessas literaturas é de sintetizar os formatos de inclusão e acessibilidade escolar, e adicionar conhecimentos ao assunto em questão na busca com perspectiva teórico-científica de sanar algumas lacunas, por vezes, existentes no processo existencial da inclusão socioeducacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil socioeducacional da inclusão brasileira deve ir muito mais além do que apenas efetivar a matrícula do estudante com transtornos, distúrbios, ou qualquer que seja as especificidades, física ou intelectual. “Incluir é ter um olhar diferenciado e integrador, direcionando-o para habilidades e competências que cada indivíduo possui” (SILVA; ROCHA, 2023, p. 42). Esse cenário requer evolução por partes dos agentes que o promove durante seu percurso. Contudo, no contexto escolar para poder se trabalhar com o processo inclusivo de

estudantes inseridos nesse público é pertinente entender que não se trata de algo inatingível e que se encontra distante do alcance social em fazê-lo. Nesse processo é necessário entender que devemos nos desfazer de conceitos e posicionamentos segregacionistas.

“Quando se fala em pessoas com deficiência e seu direito à educação, surge, de imediato, a noção de que estamos falando de uma educação especial, diferenciada, talvez em ambientes segregados, de tão acostumados que todos estão a identificar tais pessoas como titulares apenas do direito a um ensino especial (MANTOAN, 2011, p. 17).

É preciso entender o que é incluir, e que este fenômeno não é dependente de outra natureza que venha colocar seus usuários à margem desse processo, pois quando isso ocorre não se inclui, e nem se trabalha nas ações da equidade. A inclusão não pode ter um sentido equivocado através de posicionamentos que visam segregar ou apenas integrar, pois há diferenças entre estes processos através de paradigmas específicos.

Figura 1: Paradigmas na Diferença entre Excluir, Segregar, Integrar e Incluir



Fonte: Ferreira; Mélo e Israel (2017, p. 153).

Entender esses paradigmas e trazê-los para o centro da escola, na busca de destacar a inclusão como eixo central a ser trabalhada, coloca em voga o contexto inclusivo adequado que se espera do momento contemporâneo educacional. “Por tudo isso, a inclusão é um produto de uma educação plural, democrática e transgressora” (MANTOAN, 2003, p. 20). Portanto, nesse processo é necessário entender que devemos nos desfazer de conceitos e posicionamentos segregacionistas, integracionista e por vezes, excludentes.

Quando a comunidade escolar passa a enxergar o processo socioeducacional inclusivo com base na igualdade de oportunidades visando favorecer acesso à educação de qualidade para todos (BRAGA, 2023) o espaço educacional estará agindo em prol de ganhos favoráveis e harmoniosos na vida cidadã não só de quem necessita desse acesso, mas também daqueles que os promovem em forma de prática social humana. Neste mesmo sentido são fundamentais alguns princípios conforme se destacam a seguir.

Quadro 1: Princípios Fundamentais da Inclusão Escolar

1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação;
2. Toda pessoa aprende;
3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular;
4. O convívio nos ambientes comuns e, principalmente, no ambiente escolar beneficia a todos;
5. A educação inclusiva diz respeito a todos.

Fonte: Braga (2023, p. 30).

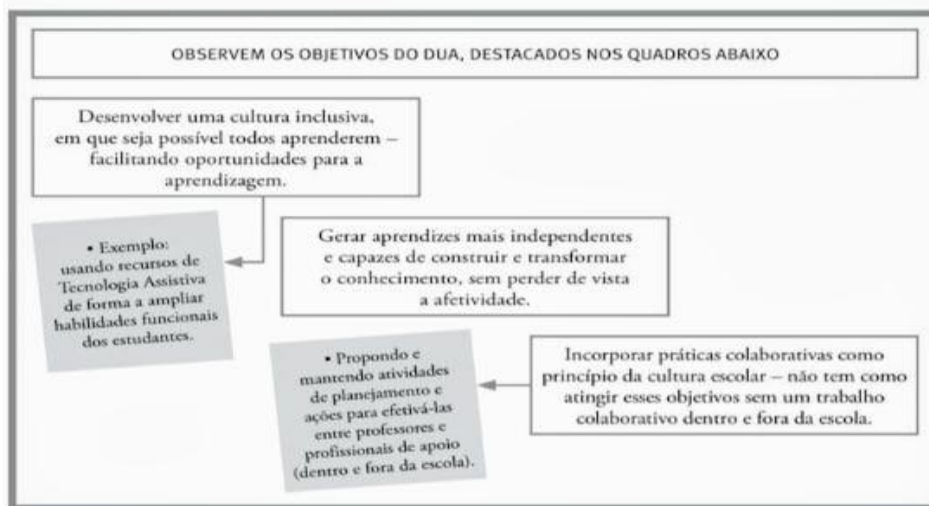
Os princípios propostos por Braga (2023), nos faz refletir sobre as dimensões de acessibilidade apresentadas por Sasaki (2009), particularizando a dimensão de acessibilidade metodológica, também chamada de “acessibilidade pedagógica” trazida por Oliveira (2022) de uma forma mais contemporânea, pois segundo a autora: “Seus aspectos conceituais facilita o acesso ao conteúdo programático oferecido pelas instituições de ensino, ampliando estratégias de ensino e aprendizagem” (Oliveira, 2022, p. 107). Além de conceituar a dimensão de acessibilidade metodológica, a autora propõe as ações que exemplificam as formas de trabalho condizentes com esta acessibilidade.

Adoção para perspectiva do desenho universal para aprendizagem por parte dos professores. Adequação, adaptação diversificada e flexibilização curriculares, incluindo aspectos sobre tempo e uso de recursos para viabilizar a participação de estudantes com deficiência. Lembrando que alguns recursos demandam a participação da gestão institucional (OLIVEIRA, 2022, p. 107).

Como se infere das informações acima as adaptações precisam ser inseridas no sistema inclusivo escolar, bem como a adequação e flexibilização curricular, pois estes são fatores contribuintes que andam e consonância com as práticas acessíveis a estudantes inclusos. “Todo aluno tem o direito de vivenciar os conteúdos comuns no âmbito escolar. Para isso, alguns estudantes dentro desse público-alvo citado necessitam de adequações curriculares” (BRAGA, 2022, p. 31).

Partindo da ideia central do Desenho Universal – DU, Oliveira (2022) mostra em seus estudos essa perspectiva através da adequação ao Desenho Universal da Aprendizagem – DUA que se define como um conjunto de princípios e estratégias com objetivos de proporcionar flexibilidade nos aspectos do ensino e aprendizagem conforme mostra a figura abaixo:

Figura 2: Desenvolvimento do Desenho Universal da Aprendizagem – DUA



Fonte: Oliveira (2022, p. 103).

De forma socioeducacional, o Desenho Universal da Aprendizagem – DUA, se articula o tempo todo, conforme seus objetivos, propondo acessibilidade, currículo e diferença para a partir desses fatores garantir o favorecimento curricular durante todo o processo de ensino e aprendizagem aos estudantes. É necessário garantir a flexibilidade curricular, além de todas as outras. “[...] E é essa própria acessibilidade que respeitará as diferenças dos sujeitos, inclusive construindo um currículo flexível” (OLIVEIRA, 2022, p. 103 – 204). A utilização do DUA como estratégia educacional, dessa forma, não pode ser vista como resistência por parte dos profissionais da área da educação, “pois além de proporcionar uma experiência fora do âmbito tradicional de aulas, podem ser feitas atividades a fim de dialogar com outras áreas de aprendizagem e, até mesmo, com o ensino tradicional – livro didático, lousa e resoluções de problemas (DUARTE; ALMEIDA, 2023, p. 37).

Paralelo aos pressupostos das aplicabilidades de estratégias na promoção socioeducacional de estudantes com deficiência é válido ressaltar o papel da escola inclusiva frente à legislação brasileira. Conforme Silva e Rocha (2023, p. 42): “Para isso, é imprescindível que as escolas ofereçam o suporte necessário para receber esses alunos e que os direitos sejam efetivamente garantidos através da legislação brasileira.” Não se pode descartar

o papel que legaliza os parâmetros de incluir estudantes nos centros educacionais. De forma contemporânea, esses parâmetros norteiam-se pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI, que discute os meios, vias e causas que garantam os direitos e deveres desse público no quadro educacional brasileiro (BRASIL, 2015). Em uma abordagem mais específica a LBI em seu artigo 28, parágrafo II se coloca da seguinte forma: “Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (BRASIL, 2015). Nesse quadro legislativo entram os direitos e deveres que devem ser postos em prática para a fruição da participação ativa de toda a sociedade civil na participação plena de eliminação de barreiras pelas dimensões de acessibilidade socioeducacionais.

Assim sendo, para se construir um perfil socioeducacional que priorize a qualidade de aspectos inclusivos no centro da escola, é necessário estar aberto às múltiplas facetas oferecidas pelas dimensões da acessibilidade e de entender a hegemonia complexa que se apresenta no processo de reformulação de estratégias metodológicas e suas aplicabilidades. Se faz necessário, também, entender os princípios fundamentais de inclusão escolar em cada uma de seus eixos. “É um processo de aprendizagem permanente, onde todos devemos aprender a compartilhar novos significados e novos comportamentos de relações entre as pessoas (LIMA, 2022, p. 93). Em síntese o processo de inclusão socioeducacional é uma forma de se fazer inclusão escolar partindo dos valores que se constituem através do respeito à diversidade em todos os seus aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de inclusão socioeducacional no Brasil tem assumido uma ascensão no presente século, entretanto ainda se percebe algumas ideias que se fortalecem como barreiras que caracterizam uma sociedade com preceitos excludentes. Para isso é importante que o ser humano, enquanto sociedade civil, possa estar disposto a visionar novas perspectivas que estreitem relações com as estratégias concernentes a uma sociedade com objetivos voltados para o ato de incluir.

Trazendo esse fato para os espaços escolares, os métodos de aplicabilidade da inclusão de pessoas com deficiência parte de uma diversidade de estratégias postas aos agentes participantes nestes espaços. Para a inclusão nas escolas temos que trabalhar flexibilização e adaptação do currículo a ser ministrado, bem como promover atitudes que promovam as

quebras de barreiras metodológicas sem esquecer de lançar mão dos princípios que regulam fundamentais que regulam a inclusão que são inerentes a todo e qualquer ser humano.

É válido destacar, também, que a legislação como forma de regulamentação entre direitos de deveres assistidos, toma seu papel e se faz presente na proposta de tributar as leis que acionam e oportunizam os aspectos legais de condição em sobrevivência por todos os sujeitos com uma política voltada ao cumprimento da cidadania.

Contudo, ao tratar a escola como um espaço inclusivo, estamos gerando no sistema educacional a dimensão humana de formar seres humanos em sua plena consciência de sociedade igualitária. Nessa lógica, a escola passa a ser vista como um lugar de eficiência e eficácia por suas práticas e posturas que se configurará como espaço civilizatório, democrático e de cunho assistencialista.

REFERÊNCIAS

BRAGA, W. C. **Inclusão Socioeducacional: Direito de Todos e Responsabilidade de Cada Um.** Construir Notícias, Recife, n. 128, jan. / fev. p. 29 – 34, 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da União.** Brasília, 2015. Disponível online em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 04 abr. 2023.

DUARTE, H. S.; ALMEIDA, I. D. **A Utilização do Software Logo para o Ensino da Geografia e Introdução à Linguagem Computacional.** Construir Notícias, Recife, n. 129, mar. / abr. p. 30 – 31, 2023.

FERREIRA, M. P.; MÉLO, T. R.; ISRAEL, V. L. **Vivendo em Sociedade: A Inclusão e Valorização do Diferente.** Disponível online em: <<file:///C:/Users/souza/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TEXT0%20da%20Figura.pdf>> Acesso em 21 ago. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

LEMOS, E. F. S. C. **É Libras? Será que eu aprendo!:** uma proposta de intervenção didático-pedagógica a partir da placa de informação para sinalização do ambiente escolar. 249 f. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Nazaré da Mata, 2022.

LIMA, M. L. A inclusão da Libras nas Diversas Modalidade de Ensino. In.: ANDRADE, L. C.; SANTOS, D. K. R.; SILVA, A. P. (Orgs.). **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: apontamentos e considerações.** Itapiranga: Schreeiben, 2022. p. 77-93.



MANTOAN, M. T. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, J. P. **Educação Especial: Formação de Professores para Inclusão Escolar.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

SASSAKI, R. Z. **Inclusão: Acessibilidade no Lazer, Trabalho e Educação.** Revista nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano XIII, mar. / abr. p. 10 – 16, 2009.

SILVA, I. S. R.; ROCHA, J. N. **Dentro do Transtorno do Espectro Autista: Uma Abordagem Neuropsicopedagógica.** Construir Notícias, Recife, n. 130, mai. / jun. p. 40 – 47, 2023.

SOARES, L. R. P.; FRANÇA, M. S. Educação Especial Inclusiva No Brasil de 2000 a 2022: Mudanças e Permanências. In.: ANDRADE, L. C.; SANTOS, D. K. R.; SILVA, A. P. (Orgs.). **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: apontamentos e considerações.** Itapiranga: Schreeiben, 2022. p. 07 – 23.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa Qualitativa em Administração: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.